



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

18 DE SETEMBRO DE 1976.

VISITA AO JAPÃO.

ENTREVISTA CONCEDIDA A JORNALISTAS BRASILEIROS.

*Pergunta* — Os resultados até agora sabidos de sua visita superam o esperado e, no seu conjunto, ganharam dimensão política. Esse acréscimo parece ter sido conseguido por sua participação pessoal, o que não aconteceu na parte preliminar dos entendimentos. Que princípios nortearam a sua orientação, conseqüência da posição brasileira nesta fase decisiva do relacionamento econômico Brasil-Japão?

GEISEL — Na realidade, as negociações que se realizaram, seja no campo científico, seja no econômico, obedeceram a uma idéia básica, em que o relacionamento do Brasil com o Japão tem base bastante sólida. O Brasil já é muito conhecido no Japão, em decorrência das correntes migratórias que se orientaram há mais de cinquenta anos do Japão para o Brasil. O número de descendentes de japoneses hoje integrados em nosso País se aproxima de um milhão, são mais de 700 mil. Todos eles têm naturalmente vínculos de parentesco familiares com os residentes no Japão. Acredito que o Brasil seja mais conhecido no Japão do que o Japão no Brasil, mais essas correntes migratórias e o trabalho desenvolvido pelos japoneses no Brasil serviram de lastro fundamental para esse entendimento. Afora isso, as atividades econômicas que se realizam no Japão e se

realizam no Brasil são complementares. O Brasil é sobretudo grande supridor de matéria-prima e o Japão é carente de matérias-primas, das quais, entretanto, necessita para a sua industrialização.

— Há então uma complementação econômica que serve extraordinariamente a ambas as nações. Há, também, uma coincidência de pontos de vista no campo da política internacional. Ambos os países acham que não podem viver isoladamente porque no mundo de hoje há uma interdependência entre as nações e ambos os países são também, essencialmente, pacíficos, acham que o mundo deve viver em paz e que todos nós devemos trabalhar neste sentido.

*Pergunta* — Estamos informados de que o Primeiro-Ministro japonês lhe sugeriu a possibilidade de o Brasil e Japão ajudarem na mediação de um diálogo Norte-Sul. Caso afirmativo, em que termos a sugestão foi feita e quais as ponderações que o senhor apresentou em resposta?

GEISEL — Realmente, o Primeiro-Ministro Miki, analisando a posição do Brasil como uma nação emergente, em franco desenvolvimento, achou que o Brasil poderia servir de mediador entre as duas partes — o Norte e o Sul, vamos dizer, entre os países industrializados e os subdesenvolvidos.

— Eu mostrei a ele que, na realidade, o Brasil está no grupo dos países subdesenvolvidos. Ele faz parte deste conjunto que anseia por se desenvolver. Embora esse conjunto não seja homogêneo, pois há evidentemente diferentes graus de desenvolvimento

e o Brasil ocupa neste conjunto, que é de mais de cem países, uma posição destacada, ele não poderia se expor a ser simplesmente um mediador, uma vez que ele é parte. Ele só poderia funcionar como mediador se os países desenvolvidos, os que chamamos do Grupo Norte, nos dessem determinadas condições para desempenhar este papel de mediação. Mas de qualquer maneira, tanto o Japão como o Brasil se comprometeram a trabalhar no sentido de harmonizar essas duas áreas e conseguirem dos países do Norte uma cooperação maior para desenvolver os países do Sul.

*Pergunta* — Quais os efeitos das negociações aqui realizadas no nosso balanço de pagamentos e no quadro de nossa dívida externa?

GEISEL — As negociações que realizamos no campo econômico, propriamente, são negociações que têm em vista problemas a longo prazo. Lançamos bases que a médio prazo já vão produzir resultados, mas se projetarão no futuro num programa muito mais vasto de longo prazo. Não creio que tenhamos efeitos imediatos de grande vulto no nosso balanço de pagamentos. Por exemplo: lançou-se projeto em definitivo, de produção de alumina e alumínio na Amazônia. Este projeto vai ter a sua execução iniciada em 1977, mas a produção só se iniciará em 1981. Então os efeitos serão a médio prazo. Há alguns efeitos que serão mais imediatos, como os contratos de venda de minério de ferro, que foram ampliados. Os contratos de venda de «pellets» e de

celulose, possivelmente, já no ano que vem, irão proporcionar maior soma de divisas para o Brasil. Por maior que seja o resultado desses contratos, eu atribuo maior importância às negociações na base que nós constituímos de entendimentos e que darão resultados multiplicados num futuro mais remoto. Não sei se já respondi inteiramente a sua pergunta, ou se há algum detalhe que mereça ser esclarecido.

*Repórter* — Estou satisfeito.

*Pergunta* — Poderá um país em desenvolvimento como o Brasil alcançar uma conciliação ampla e permanente dos interesses das empresas privadas com os interesses do Governo, a exemplo do que ocorre no Japão?

GEISEL — Eu acho que sim. Não vejo antagonismo como muitos querem dizer entre as empresas privadas e as empresas governamentais. Acho que elas se complementam. Veja que o Estado atua sobretudo na infra-estrutura. O Brasil é um País jovem e imenso em seu território extraordinariamente carente de infra-estrutura; são estradas-de-ferro, estradas de rodagem, portos, aeroportos, telecomunicações, e assim por diante. São empreendimentos que exigem grandes recursos e que não são atrativos do ponto de vista de remuneração. São empreendimentos que só o Estado pode realizar. Afora isso o Estado participa de certos empreendimentos industriais sobretudo aqueles que são básicos e que têm maturação a longo prazo, como o da energia, da produção de aço e assim por diante. O resto todo

está entregue à iniciativa privada. E, há grande número de empreendimentos em que a empresa privada se associa à estatal. Eu não considero isto, absolutamente, um problema inconciliável. E acho que à medida em que o País se desenvolver esses empreendimentos estatais serão fatalmente transferidos para a empresa privada.

*Pergunta* — O senhor acredita que poderemos retirar ensinamentos, ou sugestões, da política de recuperação econômica do Japão após 73, particularmente no tratamento de choque aqui aplicado à inflação?

GEISEL — As condições do Japão são bem diferentes das condições brasileiras, inclusive nas características de seu povo. Não esqueçamos que o Japão veio de uma guerra, onde ele sofreu um choque muito maior do que o choque do tratamento da inflação. Mas há muita coisa da experiência japonesa que nós podemos aproveitar. Um dos pontos importantes das negociações que se realizaram se refere à cooperação que pode haver entre o Brasil e o Japão no campo tecnológico. O milagre japonês em grande parte é devido à alta tecnologia de que o Japão dispõe. Uma das maneiras de sairmos do subdesenvolvimento é não só a utilização maciça de capitais, mas é sobretudo o aproveitamento tecnológico e moderno, sob pena de se montar no País uma base de indústria obsoleta. O Japão se propôs a cooperar conosco no sentido de uma maior transferência de tecnologia para o Brasil.

*Pergunta* — Que variável nova os acordos assinados em Tóquio introduzem na política brasileira na Ásia?

GEISEL — Não creio que tenha grandes modificações no quadro brasileiro na Ásia. Na Ásia nós mantemos boas relações com vários países. Como sabem, pouco depois de eu assumir o Governo, reatamos as relações com a China. São relações que estão se desenvolvendo lentamente no sentido positivo à busca principalmente de maior intercâmbio comercial. E temos relações com outros países da Ásia, mas não são muito estreitas.

— O único país com que realmente temos relações mais profundas é o Japão. Isso acontecia antes da minha visita e é um problema que vem de anos atrás, desde a imigração japonesa para o Brasil. Depois, com os empreendimentos que os japoneses fizeram juntamente conosco, sobretudo na Usiminas, na Ishibrás, depois no setor da petroquímica. De modo que havia um bom relacionamento sobretudo no campo diplomático com o Japão. Presentemente, esse relacionamento se intensificou, mas não creio que ele tem desbordamentos maiores para outros países da área.

*Pergunta* — Ainda ao nível da política externa, nas relações internacionais do Brasil com as chamadas democracias industrializadas, como é o caso do Japão, Estados Unidos e outros países da Europa, em que medida o caráter particular das instituições brasileiras ainda continuará a interferir nestas relações internacionais. Ou estas interferências, na sua

opinião, tenderão a se reduzir no futuro, como consequência de uma possível evolução destas instituições?

GEISEL — Não, eu creio que essas relações... Eu vou ver se consegui interpretar bem a sua pergunta. Eu creio que essas relações com as chamadas democracias industrializadas se desenvolverão. Nós somos um País estreitamente vinculado aos Estados Unidos. Somos amigos dos Estados Unidos há longos anos, e inclusive é uma amizade baseada em grande parte na decorrência geográfica. Essas relações só tendem a aumentar e a se desenvolver apesar de tropeços que de vez em quando surgem, sobretudo no campo econômico. Do mesmo modo com os países da Europa. França, Inglaterra, Alemanha, sobretudo, que são os mais desenvolvidos da Europa — e temos mesmo aí, a Itália, a Espanha e Portugal, já por outras razões, nós desenvolveremos nossas relações ao máximo da mesma maneira com o Japão. O Brasil na sua política, como muitas vezes o Ministro Silveira diz, se orienta no sentido ecumênico. Não temos preferência por nenhum dos países. Nem o fato de nos vincularmos estreitamente com um não significa menosprezo em relação a outro. De maneira que eu acho que apesar de todas essas coisas que se resolveram aqui nesses dias no Japão nossas relações com os Estados Unidos e outros países tenderão a se intensificar, inclusive, dentro da América Latina. Na Argentina e em outros países, o nosso interesse é mantermos as relações mais estreitas possíveis, seja no campo político, no campo cultural

e em decorrência, com grande importância, no campo econômico.

*Pergunta* — Sr. Presidente, sabemos que as três viagens que o senhor fez ao exterior este ano — França, Inglaterra e Japão —, todas foram igualmente importantes tanto no campo econômico como no político. Na sua opinião, qual delas a médio e a longo prazos trará maior benefício para o Brasil?

GEISEL — Cada viagem destas tem uma característica diferente, inclusive, tendo em vista o país que é visitado, mas não creio que nenhuma delas tenha sido mais importante do que as outras. Acho que todas elas foram importantes. A do Japão demorou mais em grande parte pela distância desta viagem tão longa, como a do Brasil ao Japão, faz com que a gente demore maior número de dias. Mas não quer dizer que ela tenha sido mais importante que aquelas que eu fiz à Inglaterra como a que eu fiz à França. No meu modo de ver, todas as três têm uma importância equivalente, embora as características de cada uma sejam diferentes das demais.

*Pergunta* — No discurso no Keindaren, o Sr. disse, claramente, que o Brasil está superando rapidamente os efeitos da crise econômica internacional, e, portanto, não está longe o momento de adotarmos internamente uma política econômica financeira mais liberal. O senhor poderia situar no tempo o início dessa política liberalizante e seus fundamentos principais?

GEISEL — Não creio que nós possamos situar isto no tempo. Ainda temos problemas com o balanço de pagamentos. São problemas que só vão se resolver a médio prazo e agora temos um problema um pouco mais difícil que é o recrudescimento da inflação. São problemas que nós temos que estar atentos e seria leviandade se eu pudesse dizer: nós vamos aliviar e liberalizar nossa economia dentro de seis meses, ou dentro de um ano. Sinceramente não posso fazer prognóstico neste sentido, mas acredito que com a evolução, com o trabalho que estamos realizando no País e com a possível melhoria do quadro internacional, que de certa forma se prenuncia, é possível se admitir que essas medidas sejam em caráter temporário. Não poderão se estender por muitos longos anos, mas sinceramente seria muito prematuro eu lhes dar uma indicação no tempo.

*Pergunta* — O senhor transmitiu hoje no Clube de Imprensa a possibilidade de o Brasil participar de um cartel de produtores de minério de ferro. O senhor considera benéfico para o Brasil as atividades de cartéis existentes, como a OPEP?

GEISEL — Eu não preconizei que o Brasil participasse do cartel de minério de ferro. Pelo contrário, mostrei que o Brasil era contrário a cartéis. Eu admiti como uma hipótese extrema que se os preços do minério se aviltassem a tal ponto que nos prejudicassem na produção e na exportação do minério, o Brasil poderia encarar a hipótese de participar de um cartel. Mas, em princípio, o Brasil é contrário aos cartéis. E, exemplifiquei que em produtos como

o café, o cacau e o açúcar, nós sempre procuramos estabelecer acordo entre produtores e consumidores, de modo a assegurar de um lado um preço satisfatório aos produtores e, por outro lado, evitar que os consumidores fossem submetidos a um preço muito alto. Eu sou e o Brasil é essencialmente contrário aos cartéis, sobretudo porque no caso do petróleo estamos sofrendo as conseqüências da cartelização, embora eu reconheça que os preços primitivos do petróleo eram baixos demais, mas em essência, a política brasileira não é favorável a cartéis.

*Pergunta* — O senhor já visitou dois importantes países da Europa e agora vem ao Japão. A dois anos e meio do término de seu mandato constitucional, e estando agora exatamente na metade de seu cumprimento, o Sr. considera encerrado o ciclo dessas viagens, que podem ser consideradas pioneiras, ou se dispõe a atender outros convites já formulados, inclusive partidos de outros blocos?

GEISEL — Essas viagens que eu fiz ao Japão, Inglaterra e França, em grande parte foram retribuições a viagens feitas em anos anteriores. E, recordo que no caso da França, o Brasil recebeu a visita do Presidente De Gaulle. No caso da Inglaterra, o Brasil recebeu a visita de Sua Majestade, a Rainha e, no caso do Japão, além de vários ministros, sobretudo o Primeiro-Ministro Tanaka que esteve no Brasil, o País recebeu anteriormente a visita do Príncipe-Herdeiro no tempo do Presidente Costa e Silva. Estas visitas significavam quase que uma obrigação social do Brasil em retribuição. Claro que

a esta retribuição nós aliamos outros motivos e outras razões para a visita. Não posso dizer que tenha se encerrado o ciclo de minhas viagens. É possível que ainda realize outras, dependendo da circunstância. Eu tenho vários convites e não sei se vou atendê-los quando e como.

— Tenho, por exemplo, previsto para os primeiros dias de novembro, o encontro com o excelentíssimo senhor Presidente da República do Peru, encontro que possivelmente se realizará na fronteira próxima à região de Benjamin Constant ou Tabatinga. É possível que haja outros encontros e outras viagens, mas programada existe apenas essa ao Presidente do Peru.

*Pergunta* — Sr. Presidente, considerando o objetivo declarado de seu Governo e há pouco reafirmado, de equipar o sistema ferroviário no Brasil, e diante dos avanços técnicos do Japão nesse setor, foi encaminhada alguma providência no sentido de implantar sistemas mais modernos nas ferrovias brasileiras?

GEISEL — Com relação ao Japão, não. Numa conversa que eu tive com o Primeiro-Ministro Miki, hoje pela manhã, ele fez referência à viagem que amanhã se vai fazer a Kyoto, usando um trem ultramoderno e de grande velocidade. Eu disse a ele que para nós também constituía um interesse, mas que por enquanto estava no terreno dos sonhos ter uma estrada de ferro desse tipo ligando o Rio de Janeiro a São Paulo. Mas que, infelizmente, dentro

das prioridades que nós temos que estabelecer no País, em face dos recursos disponíveis que estão muito aquém das nossas necessidades, esse projeto tinha que permanecer por enquanto como sendo um sonho. Evidentemente, chegaria o dia em que nós iríamos cuidar um pouco mais desse problema. Veja que em matéria de ferrovia, no Brasil, estamos num estágio quase que de obsolescência. Todo o sistema ferroviário brasileiro é um sistema antiquado. Ele está sendo remendado. Nós estamos construindo variantes, fazendo obras, sobretudo nas áreas que consideramos correspondentes aos corredores de exportação. Como empreendimento novo, estamos procurando construir a ferrovia de Belo Horizonte a São Paulo e, preliminarmente com variante, que vamos fazer em primeiro lugar, para Volta Redonda.

— Pois bem, nessa ferrovia, a que estamos procurando dar características modernas, estamos encontrando dificuldades pela soma de recursos necessários para a execução de uma obra desse vulto. Acontece que no Brasil, para outros empreendimentos, como da energia elétrica, telecomunicações e marinha mercante, existem recursos especiais destinados a esses empreendimentos. E no caso das ferrovias, nós não temos. Então, os recursos normalmente têm que sair do orçamento próprio da União e o dinheiro de que se pode dispor até agora é muito pouco em relação à magnitude do problema que nós temos, mas isto não é motivo de desânimo.

— Há uma estrada de ferro hoje — último modelo — que foi equipada e estruturada em grande

parte com o auxílio dos japoneses que é a Vitória-Minas, estrada de ferro que serve à Companhia Vale do Rio Doce. Graças à modernização dessa ferrovia, o seu equipamento e o seu controle, é que o Brasil pode exportar grandes massas de minério de ferro a um preço competitivo. Estrada de ferro moderna que faz transporte a baixo custo e, por isso mesmo é que podemos vender minério de ferro no Japão, competindo com a Austrália, que está aqui perto.

— Eu desejaria, embora isso seja extremamente difícil que o nosso parque ferroviário se modernizasse e, tomando o padrão desta estrada de ferro da Vale do Rio Doce. Mas isto vai custar muito dinheiro e muito esforço.

*Pergunta* — A sua preocupação de abrir janelas do Brasil para o mundo se enriqueceu de que forma nos contatos que o senhor manteve no Japão, nestes dias?

GEISEL — Eu acredito que, sobretudo, pela ação da imprensa que se poderá relatar o que fizemos nestes dias, os brasileiros também vão abrir um pouco as suas janelas, vão olhar um pouco mais para o mundo.

— Não sei se os outros precisam conhecer mais o Brasil ou se nós precisamos conhecer mais os outros, ver o que o mundo tem de bom e o que tem de ruim, em consequência fazer a comparação e amar um pouco mais o Brasil.

*Pergunta* — Ao fim dos trabalhos desta viagem, o Sr. teria uma mensagem para o povo brasileiro?

GEISEL — A mensagem que eu posso dar ao povo brasileiro é em complemento ao que eu acabo de dizer. É uma mensagem de otimismo. Nós atravessamos dificuldades, mas eu acho que elas são mínimas em relação às dificuldades que os outros têm. Mesmo os países desenvolvidos enfrentam dificuldades. Todo o mundo enfrenta dificuldades e neste sentido, acho que o Brasil pela potencialidade que ele encerra, pela extensão de seu território, pelas qualidades do nosso povo é um país em que as dificuldades ainda são mínimas e elas ainda podem ser superadas se nós soubermos trabalhar.